



Esta obra está sob o direito de  
Licença Creative Commons  
Atribuição 4.0 Internacional.

## O NEGRO NO ENSINO SUPERIOR

*Marcos Antonio Lopes Da Silva*

### RESUMO

Este artigo demonstra o histórico da discriminação racial na sociedade brasileira, verificando-se a dificuldade de inserção do negro e sua ascensão no mercado de trabalho de maior status, chegando a formação educacional dos afrodescendentes, quando observamos que o elemento negro sempre esteve na condição de dominado e que por isso a educação formal se processou de forma intencional, sendo assim distribuída apenas aos indivíduos da classe dominante. Destaca ainda questões relevantes quanto ao sistema de cotas para negros no ensino superior brasileiro, demonstrando até que ponto as cotas resolvem o problema da discriminação racial existente no Brasil, que se apresenta de forma camuflada.

**Palavras-Chave:** discriminação racial; dificuldade de inserção; elemento negro.

## O NEGRO NO ENSINO SUPERIOR

### INTRODUÇÃO

Nas civilizações primitivas as relações humanas se manifestavam de forma embrionária e costumeiramente construída por grupos preocupados pela subsistência e regidos por algum tipo de valor mitológico.

No alvorecer da humanidade, a necessidade de sobrevivência impunha maior importância ao grupo do que ao indivíduo, visto a fragilidade do homem ante a uma natureza exuberante que permitia somente a evolução e o desenvolvimento dos mais fortes e capazes.

*Durkheim (1912) afirma que o fenômeno social é externo às consciências individuais, pois exerce poder de coerção sobre os indivíduos e apresenta-se difundido dentro do grupo. Dentro deste princípio ele estabelece que as estruturas de cada sociedade se diferenciam entre si em continuidade histórica.*

O grande diferencial histórico da sociedade brasileira, desde a sua descoberta em 1500, foi a introdução da escravatura pelos portugueses que, para cá trouxeram, a ferro, negros africanos para serem utilizados como mão-de-obra escrava em todas as atividades de serviço no período colonial.

*Freyre (2000) em seu livro casa-grande e senzala conseguiu produzir um dos mais profundos estudos sobre a origem do povo brasileiro, suas mazelas e virtudes. Entretanto, não poupou fundadas críticas a inúmeros intérpretes da nossa civilização que, atribuíam ao negro, em especial às pretas e mulatas, o maior torpe dos comportamentos e baixeza moral, em uma nítida interpretação discriminatória que, exaltavam os valores superiores da raça branca comparando-os com as inferiores tradições da raça negra, justificando assim, as barbaridades cometidas durante a escravidão do negro no Brasil. A mesma linha de raciocínio discriminatório, foi seguida na história moderna pelos idealizadores do nazismo e do fascismo.*

A formação da nossa sociedade não foi passiva, foi traumática e direcionada por fatores internos e externos de expropriação econômica em que, os índios foram submetidos a massacres e os remanescentes subjugados e obrigados ao trabalho escravo, e, os negros, que desalojados dos seus rincões pátrios eram vendidos aos traficantes como se fossem gado e utilizados de diversas formas, como braço escravo, como mães de leite e até nas alcovas de seus senhores de forma servil e humilhantes.

A visão elitista da historiografia clássica brasileira é responsável por falsas afirmações que resultaram e resultam em

interpretações absolutamente distorcidas sobre o processo histórico brasileiro. E no que diz respeito à presença do negro nesse processo, aí, então, o falseamento ideológico faz presença vigorosa.

A história não é privilégio exclusivo da elite e seus heróis. Seu dinamismo inclui a participação de todos os grupos sociais. Ao branco, ao negro e ao índio, e não apenas a um grupo social em especial, devemos a formação da civilização brasileira que cresceu, principalmente, à custa da exploração do trabalho escravo africano na empresa açucareira, na mineração e na lavoura cafeeira. Isto não pode ser negado. É histórico.

A **miscigenação** ou **mestiçagem** consistem na mistura de raças, de povos e de diferentes etnias. Assim, multirraciais ou mestiças são as pessoas que não são descendentes de uma única origem. Essas pessoas possuem características de cada uma das raças de que descendem. Pela categorização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Brasil, existem terminologias antigas para especificar a mestiçagem: **mulatos** para descendentes de brancos e pretos; **caboclos**, **mamelucos** e **cariboca** ou **curiboca** para descendentes de brancos e indígenas; **cafuzos** para descendentes de indígenas e pretos; e **juçara** para descendentes de brancos, indígenas e pretos.

A história do Brasil é, em grande parte, a história da luta do negro pela liberdade. Luta esta que se expressou em diferentes momentos e formas. E ainda se expressa, pois, estamos a pouco mais de um século da Lei Áurea (13-5-1888) e o negro brasileiro continua lutando em busca da plena afirmação de sua identidade. Desde o primórdio da nossa história o negro reagiu à escravidão. Suicidando-se para não ser escravo. Matando capatazes, capitão-domato e alguns senhores. As negras procurando não engravidar e, quando grávidas, provocando o aborto, preferindo, assim, matar os filhos a vê-los escravizados.

A abolição da escravatura no Brasil foi um processo lento e gradual, onde envolveu toda a sociedade brasileira e que a princesa Isabel não pode ser considerada como “redentora”, pois, só assinou a Lei Áurea, devido o crescimento da pressão abolicionista, que exigia o fim da escravidão no Brasil.

*Silva (1992) no processo abolicionista, não se pode omitir a participação das diferentes camadas sociais. Do negro, como principal interessado, de alguns intelectuais que colocaram suas penas a serviço da liberdade, gritando em prosa e verso contra o que julgavam ser a humilhação maior, e principalmente da aristocracia cafeeira interessada em substituir plena e definitivamente em suas fazendas a mão-*

*de-obra escrava, pouco produtiva e prejudicial, pelo branco assalariado, mais dinâmico e interessado e conseqüentemente, mais produtivo e rentável.*

Também não se pode deixar de ressaltar as pressões da burguesia industrial, notadamente a inglesa, que desde meados do século XVIII pregava a incompatibilidade da escravidão, e que o negro deveria ser livre para se transformar em mercado consumidor dos seus produtos. Cem anos depois, boa parte da intelectualidade negra brasileira se envolve numa discussão sobre o que é mais importante para a memória dos negros no país: a data da assinatura da Lei Áurea, ou a da morte de Zumbi, o herói dos palmares (20-11-1695). O debate é relevante, e que o enfoque não resulta em mudanças comportamentais da sociedade brasileira e não acelera a integração do negro.

A Lei Áurea verdadeiramente apenas legitimou a libertação do negro. Seus idealizadores, não cogitaram sobre sua integração, tanto é que não foram criadas, nem por aqueles e nem pelos dirigentes republicanos, as condições necessárias para que o negro saísse da subumanidade em que se encontrava. A luta foi e continua árdua. O negro permanece livre e marginalizado, livre e desqualificado como mão-de-obra, livre e desempregado, livre e espezinhado em sua dignidade por forças verticais,

humilhado e ofendido, sem emprego e sem possibilidade de estudar e viver decentemente, o negro não pode se preparar profissionalmente e qualificar-se para concorrer no mercado de trabalho.

Comumente percebe-se situações de discriminação racial, no entanto algumas pessoas fingem não ver e preferem não discutir. O racismo é a forma mais clara de discriminação na sociedade brasileira, apesar de não admitir o brasileiro seu preconceito. O brasileiro tem dificuldade de assumir o racismo devido ao processo de convivência cordial.

*Kenski (2003) o racismo tem motivos bastante práticos, é um sistema de levar vantagens sobre outras pessoas e manter privilégios.*

A discriminação racial está espalhada pelo Brasil. Escola, mídia e mercado de trabalho apresentam um modelo branco de valorização. O acesso aos espaços políticos, aos bens sociais, à produção do pensamento, a riqueza, tem sido determinado pela lógica escravocrata. O espaço negro é reduzido. O negro é discriminado e não é reconhecido em suas atividades.

## **O NEGRO E O PROCESSO EDUCACIONAL BRASILEIRO**

No colonialismo cultural no Brasil, desde seu início, houve instauração das relações entre conquistados e

conquistadores, dominados e dominadores, estabelecendo um tipo de relação correspondente ao do senhor e do escravo, onde o colonizador é sujeito, ao passo que o colonizado é objeto; o primeiro é titular de direitos e privilégios, o segundo só tem obrigações e deveres.

***Cotrim (1998), no início da colonização, o negro e o índio foram desprezados pelo branco europeu, que considerava a cultura e os valores desses povos como manifestações inferiores de gente bestial.***

A educação brasileira evolui em rupturas, durante o processo educacional, onde a primeira ruptura foi com a chegada dos portugueses ao Brasil, trazendo um padrão de educação próprio da Europa.

***Pilleti (1996) as populações que por aqui viviam já não possuíam características próprias de se fazer educação, pois, a educação que se praticava entre as populações indígenas não tinha as marcas repressivas do modelo educacional europeu.***

A sociedade brasileira deve tanto ao negro, quanto ao índio a revalorização do seu passado histórico e o reconhecimento da sua importância como agentes nas principais transformações ocorridas no Brasil.

Quando os jesuítas chegaram ao Brasil, eles não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade europeia;

trouxeram também os métodos pedagógicos. Estes métodos funcionavam de forma absoluta, até quando uma nova ruptura marca a história da educação no Brasil: a expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal.<sup>1</sup>

A vinda da família real permitiu uma nova ruptura, porém, não conseguiu implantar de imediato um sistema educacional que beneficiasse a todos nas terras brasileiras.

O pouco interesse dos governantes em proporcionar uma educação escolar eficaz, pesa contra a formação do brasileiro. O fato de que as famílias mais pobres não põem seus filhos na escola ou, quando põem, logo os retiram dela, porque as crianças precisam trabalhar para ajudar no orçamento familiar.

A evasão escolar é uma realidade assustadora no Brasil. E ela não atinge apenas as crianças negras e mestiças, vítimas da discriminação racial, mas, também as brancas pobres, pois, todas são vítimas da discriminação social.

A educação no período colonial refletiu na organização de uma sociedade dominada e dominadora, onde somente os componentes das hierarquias: eclesiásticas e a oficial, como padres e funcionários, constituíam a classe necessitada de educação escolar. Índios e negros ficavam sem a devida educação escolar, pois, eram

tidos como peças fundamentais para o sustentáculo da classe dominante.

Toda a educação se resumia na formação do clero e dos letrados que exigisse a sociedade colonial, sendo que a educação superior foi negada à colônia e confiada às universidades metropolitanas, onde os jesuítas também dominavam.

A educação formal se processou de forma intencional na sociedade brasileira, onde foi distribuída apenas aos indivíduos reputados, como por exemplo, os filhos dos senhores de engenho, que estavam dentro das necessidades da sociedade constituída. No período colonial a educação formal era para poucos, visando treinar certos indivíduos para certas posições e ocupações na sociedade.

---

1 – Sebastião José de Carvalho e Melo

*Hollnda (2000) a educação formal e anticientífica, a cargos dos jesuítas, influiu, em dúvida, na péssima administração do país, no mau aproveitamento de nossas terras e riquezas. Se, de um lado, tínhamos a capacidade de uma metrópole mal administrada com vista aos lucros imediatos, de outro, não contávamos, no Brasil, com uma elite capaz de se opor a essa política e de preconizar medidas mais justas, amplamente conhecidas na Europa daquela época.*

Os inconvenientes do ensino jesuíta encontravam-se, principalmente, no fato de que sua preocupação não era propriamente a educação, mas a difusão de um credo religioso. A orientação do ensino caracterizava-se pelo dogmatismo<sup>2</sup> e pela abstração<sup>3</sup>, afastando os jovens dos verdadeiros problemas brasileiros. Quando os jesuítas foram expulsos do Brasil, a obra que pretendiam realizar estava praticamente consolidada: o país estava unido em torno de uma mesma fé, sob uma mesma coroa.

A educação antes confiada quase exclusivamente à Igreja passa a partir de Pombal a ser organizada e mantida pelo Estado. Um ensino precário foi assegurado. De maneira irregular, por ordens religiosas e por leigos. A unidade administrativa escolar não foi alcançada, por falta de bases materiais e culturais.

*Hollanda (2000) o ensino de nível médio, desapareceu com o sistema, foi substituído, de maneira irregular, pelas aulas régias, cuja única vantagem, com a quebra da uniformidade dogmática dos colégios jesuítas, foi à introdução de novas matérias, até então completamente ignoradas: línguas vivas, matemática, física, ciências naturais, etc.*

A educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais de Pombal, ou seja, se as escolas da Companhia de Jesus

tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal organizou a escola para servir aos interesses do Estado.

A reforma pombalina primou pela tentativa de incluir na educação brasileira o caráter crítico, racional e artístico do Iluminismo, teve por objetivo criar uma escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido ao invés de preconizar uma política de difusão interna e externa de trabalho escolar, Pombal encontrou uma solução paliativa para o ensino na Colônia, através das aulas régias. Essas aulas deveriam suprir as disciplinas oferecidas nos extintos colégios jesuítas.

A elite intelectual era distanciada do povo e vinculada aos interesses das classes a que pertenciam, não tinha condições de promover movimentos libertadores de grande alcance, com o apoio e repercussão populares.

A história da independência política do Brasil teve como marco a vinda da família real portuguesa para o nosso país. ***De acordo com Cotrin (1998), com esse episódio D. João precisou organizar em nosso país toda uma estrutura administrativa e cultural como: imprensa, ensino militar, médico, técnico e das artes.***

---

2 – Adesão irrestrita e não crítica a princípios ou ideias tida como indiscutíveis.

3 – Permite isolar elementos da realidade e trata-los em separados, sensorial ou conceitualmente.

Posso destacar que todas as realizações culturais promovidas por D. João seguiam a mesma linha de tradição histórica, consistindo em oferecer cultura e educação apenas para a elite aristocrática, revelando total desprezo pela formação educacional do povo, principalmente aos pobres e negros.

Vários fatores contribuíram para transição da condição de Império para a República, onde ocorreram profundas transformações na sociedade brasileira, desencadeadas nas últimas décadas do Império.

A educação por sua vez se encontrava influenciada nesta época por dois movimentos ideológicos desenvolvidos por intelectuais das classes dominantes. Esses movimentos denominados de “entusiasmos pela educação” e “otimismo pedagógico”, significaram a evolução das ideias pedagógicas na primeira República.

Enquanto o entusiasmo pela educação tinha caráter quantitativo, ou seja, em última instância resumiu-se na ideia de expansão da rede escolar e na tarefa de desalfabetização do povo. O otimismo pedagógico insistiu na otimização do ensino, ou seja, na melhoria das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar,

caracterizando-se por sua ênfase aos aspectos qualitativos da problemática educacional.

Neste período, devido ao advento da república, assim como a urbanização do país, criaram novas necessidades para a população, sendo a escolarização uma meta almejada pelas famílias que viam nas carreiras burocráticas e intelectuais um caminho mais promissor para seus filhos, aumentando a necessidade da expansão escolar.

***Romanelli (1993) o quadro educacional não diferia do período Imperial. Os recentes estados brasileiros eram desiguais educacionalmente, consequência da desregulamentação educacional iniciada na Constituição de 1823. As escolas públicas existentes nas cidades eram frequentadas pelos filhos das famílias de classe média. Os ricos contratavam preceptores, geralmente estrangeiros, que ministravam aos filhos o ensino em casa ou em colégios particulares.***

As elites não só enviavam seus filhos aos colégios particulares, como também utilizam o Estado para criar uma rede de ensino público que os atendesse. Assim, muitas das reformas da legislação do ensino provindas do governo federal priorizavam o ensino secundário e superior.

## **COTAS PARA NEGROS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**

A partir da década de 1990, com a implantação de ações afirmativas, gradativamente se observa um novo desenho da política de educação superior, com o acesso de outro perfil de ingressantes, que em sua maioria eram a primeira geração de sua família a ingressar no ensino superior, pois a ausência de políticas de promoção de igualdade racial inviabilizava a entrada de jovens negros na universidade.

O Brasil das ruas é, em grande parte, negro ou pardo. O Brasil das universidades era quase que integralmente branco e para tentar reverter esse quadro os movimentos sociais, em especial do movimento negro, na década de 1990 pressionaram o Estado Brasileiro para que implantasse políticas públicas afirmativas, com programas específicos, visando ao acesso de estudantes negros, indígenas e egressos de escolas públicas.

A denominada Lei de Cotas, nº 12.711/2012, sancionada em 29 de agosto de 2012, prevê a reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior (IFES) aos estudantes de escolas públicas, de baixa renda, pretos, pardos e indígenas. Foi estabelecido o percentual de 20% (vinte por cento) para cada curso, ou seja, determinando o número de vagas.

Num exemplo hipotético, o sistema de cotas funcionará assim: se uma faculdade de medicina tem cem vagas, mil candidatos, duzentos dos quais são negros, e comprometeu-se com uma cota de 20%, no exame vestibular da universidade, a nota de corte para medicina está em 3.500 pontos, e 25 negros conseguem batê-la, cinco ficarão fora, mesmo se eles tivessem ultrapassado a barreira, para garantir vaga, um estudante precisa se classificar entre os cem primeiros candidatos.

Desta maneira o sistema irá excluir os negros que conseguiram atingir a nota de corte, acima do percentual estabelecido, porém, o sistema não aponta soluções imediatas a não ser de ficar fora, o que irá provocar descontentamentos por parte desses negros, pardos e índios, que de certa forma permanecerão excluídos e discriminados.

***De acordo com Ristoff (2013) apesar dos avanços nos últimos anos, o campus brasileiro continua sendo um espelho que distorce a sociedade. Números analisados e contas feitas, a conclusão a que se chega é uma só: os cursos de graduação hipertrofiaram, no campus, as desigualdades existentes.***

É louvável que se procure minorar os estragos causados por séculos de racismo e discriminações, mas, as cotas do jeito como estão estipuladas não é a melhor forma de fazer isso. Na verdade, trata-se de

um regime que cria uma nova forma de discriminação, ou seja, a discriminação contra o mérito.

O sistema de garantia de cotas, é, como pode ser comprovado por simples inferência de um sistema racista, diz que o critério a ser utilizado para o preenchimento das vagas de uma universidade é a raça, então o sistema é racista?

Os avanços da implantação do sistema de cotas amenizam o problema da exclusão dos negros nas universidades, mas, não escondem o fato de que existe enorme desigualdade racial no Brasil. Ainda, falta muita para que as salas das universidades, os cargos de chefia e os postos públicos mais cobiçados sejam preenchidos de forma equilibrada entre brancos e negros.

O sistema de cotas é um paliativo, que pode até ajudar aos negros e pardos, mas, não resolverá a questão da inserção do negro na sociedade. O que precisa acontecer no Brasil é a recuperação das escolas públicas, sem isso, não haverá sistema de cotas que resolva.

***De acordo com Paiva (2013) ainda alimentada pela ideia do perigo de estar racializando uma sociedade que nunca teve o fator racial como critério para a diferenciação de sua sociabilidade.***

Com a implantação de cotas para negros e pardos nas universidades, poderemos ter apenas uma maneira de

discriminar as pessoas pela cor da pele, atualmente o que se quer é igualar as pessoas, e não as julgar por serem desse ou daquele jeito.

O modelo atual da política de cotas de acesso à universidade pode fazer com que o potencial do indivíduo beneficiado, fique em segundo plano em função dos aspectos emocionais decorrentes de uma política que mais discrimina do que iguala. Determinar acesso à universidade pelo critério da cor e não pelos próprios méritos é um modelo de busca de igualdade equivocado, pois, incentiva ainda mais a discriminação racial contra as pessoas negras ou pardas.

Precisamos de mudanças profundas e não paliativos. Oferecer as condições para que todos, desde crianças, possam desenvolver seus recursos internos, intelectuais e emocionais para aprender a pensar, a questionar, a lutar para a realização de projetos pessoais, considerando possível a ocupação de posições de relevância na sociedade, deve ser a proposta. Tentar essa distorção através de políticas de favorecimento não é o melhor caminho.

As políticas afirmativas são, pois, medidas voltadas para a correção das desigualdades e garantia de direitos, ou seja, visa garantir a grupos excluídos meios e oportunidade de participação em todos os setores da sociedade. *De acordo com*

*Jaccoud e Beghin (2002) as ações afirmativas são políticas que: Têm por objetivo garantir a oportunidade de acesso dos grupos discriminados, ampliando sua participação em diferentes setores da vida econômica, política, institucional, cultural e social.*

É pertinente ressaltar que as ações afirmativas não se restringem à reserva de vagas por meio do sistema de cotas raciais ou sociais nas universidades, conforme o entendimento mais comum na sociedade.

Atitudes superprotetoras só favorecem a insegurança e o sentimento de desvalorização. Por exemplo: como uma pessoa negra ou parda, que foi favorecida, irá lidar emocionalmente com possíveis sentimentos de vergonha e de constrangimento por sentir-se inferiorizada dentro da sociedade e como o medo de ser discriminada pelos colegas por ter sido beneficiada? Como se sentir igual como indivíduo, colega, cidadão, se a pessoa está consciente de que seu ingresso na universidade foi facilitado por sua cor ou declaração de cor e não por sua inteligência e capacidade intelectual? Reconhece-se a urgência do resgate de uma posição de igualdade e importância para o negro e para os discriminados dentro da sociedade, mas, questiona-se também se a política de cotas é uma proposta justa.

O que a prática já nos confirma é que a medida reforça ainda mais o preconceito,

o sentimento de menosprezo e a rivalidade entre os jovens. Por que alguém precisaria ter acesso facilitado se não possui menos recursos intelectuais? Por que negros e pardos que conseguem ter acesso a escolas particulares são beneficiados? Como jovens que conseguiram uma pontuação alta, por seus próprios esforços, podem aceitar a perda de suas vagas apenas pelo critério da cor? O critério da cor da pele não se torna então um fator desagregador e gerador de mais conflitos, uma vez que ele é colocado acima do critério da competência?

Um caminho justo para garantir a todos o acesso às escolas públicas e universidades, seria eliminar a diferença de qualidade de ensino entre as escolas públicas e privadas. Por que não tornar urgente uma mudança dessa condição investindo no ensino público de qualidade desde a pré-escola? Entrar na universidade é importante, mas, como parte de um processo, e não o seu início ou fechamento.

As cotas é um grande equívoco para negros nas universidades brasileiras, que tem por objetivo apenas resolver uma injustiça histórica. A universidade não é boa para isso, até porque essa não é sua função. De nada adianta adotar o regime de cotas na universidade, se a escola elementar e a escola média continuarem na indigência em que constitui uma das principais fábricas de injustiça social neste país, e não só de injustiça social.

Os alunos que são barrados no vestibular, nos concursos, não por sua raça, eles o são negros ou brancos, porque não atingem níveis mínimo e básico de conhecimento para ingressar na universidade ou conseguir a vaga nos concursos. Seu destino é decidido na precária escolaridade prévia que os inabilitam para seguirem adiante. A escola deficiente é apenas o reflexo de outras muitas injustiças próprias de um país em que ainda há trabalho escravo. A crônica degradação geral das condições de vida de grande parcela da população não será corrigida com o regime de cotas.

A proposição do regime de cotas é apenas uma indicação dos sintomas de nossas enfermidades sociais, mas, dificilmente será o remédio, enquanto a máquina poderosa de exclusão continuar funcionando e a sociedade e o Estado se mostrarem tão pouco criativos no diagnóstico e na solução.

As oportunidades deveriam ser iguais para todos em sua sociedade. Na realidade a cota que deveria existir, era de respeito entre os cidadãos. E antes de se pensar uma mudança superficial é importante que se faça uma reestruturação de nossa base política, dando oportunidades para todos ascenderem e se realizarem.

Porque se a cota é necessária ela deve ser estendida por outras raças tão discriminadas quanto à negra. Os índios,

por exemplo, com estes a dívida é até mais grave, não foram apenas escravizados, mas, massacrados e os sobreviventes, expulsos de suas terras. Os negros são discriminados, mas, os índios esquecidos.

E o que fazer com os brancos de olhos azuis que vivem à margem da sociedade e não conseguem concluir nem o ensino fundamental? Quando vão ter acesso à universidade se nem tem alimentação do dia? O problema não é mudar a cor das universidades é mudar a educação do país e dar condições sociais a todo cidadão de exercer sua cidadania.

As cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras, estão sendo implantada de forma desordenada, para corrigir as discriminações sociais e raciais sofridas desde a época do Brasil colônia. E o que fazer com os índios, deficientes, lésbicas, homossexuais, doentes mentais, enfim cada segmento da sociedade? Não é segmentando e excluindo que vamos promover a igualdade de direito. O investimento numa educação pública de base para nossas crianças, independente da cor, sexo ou credo, é a principal, e mais eficiente arma contra a desigualdade social.

Luta-se para fazer valer a igualdade preconizada pela Constituição Federal, mas, acaba sempre “metendo os pés pelas mãos”, devemos entender que a pele escura, devido à herança escravagista, dificulta a vida para muitos brasileiros, contudo, não é nas

universidades que se deve garantir vaga à classe excluída, deve-se priorizar a educação de base pública com qualidade.

A universidade não consegue corrigir a falha pelos ensinos fundamental e médio público, ou seja, ela traz novos conhecimentos, e não há tempo para revisões. No fim, ninguém garante que uma pessoa que entrou na faculdade através de cotas terá condições de sobreviver no mercado de trabalho, haja vista que o mercado de emprego privado não reserva cotas.

Com o sistema de cotas houve uma separação entre os que ingressaram na universidade pública por capacidade e os que ingressaram por cotas onde aumentou as discriminações preconceituosas. A ideia por trás disso é que pobre, preto ou pardo é burro, devemos ter pena deles. Dando-lhes migalhas não os fará cidadãos mais respeitados, pois, somente a educação de base tem o poder de conceder dignidade ao cidadão.

O sistema de cotas é falho desde o momento da inscrição para o ingresso na universidade, pois, é utilizando o critério da autodeclaração e por isso, uma pessoa de olhos claros e pele branca, pode se declarar como negra e tem suas razões, pois não temos dados científicos que declare realmente quem é e quem não é negro neste país. O Brasil é uma mistura raças, onde a maioria é preconceituosa. E a escola não

pode continuar como veículo da perpetuação da discriminação racial.

No que tange à autodeclaração de pertencimento étnico-racial para ter direito a cotas, verifica-se que essa medida pode resultar em fortalecimento da identidade negra ou em negação ao seu reconhecimento. Esses aspectos apontam para as diferentes formas de atravessamentos identitários que resultam no acesso e na permanência no espaço universitário, que por sua vez não reflete a composição racial da sociedade brasileira, com mais de 50 % (cinquenta por cento) da população declarando-se preta e parda.

Cabe ainda ressaltar que a Lei, ao estabelecer o critério da autodeclaração para pretos e pardos e não prever a adoção de banca verificadora dessa autodeclaração deixou para as instituições buscarem mecanismos para o controle e o acompanhamento de sua aplicação, bem como para a adoção de medidas para coibir possíveis fraudes. No período da implementação da Lei de Cotas, algumas instituições receberam denúncias de fraudes, principalmente nos cursos mais concorridos, entre os quais: medicina, direito e engenharia. A solução foi a implantação de comissões para a verificação da validação da autodeclaração, a fim de coibir farsas, considerando-se que a Lei de Cotas não prevê a banca, mas, indica que em qualquer momento, se houver

denúncia o acadêmico poderá ser desligado do curso.

## CONCLUSÃO

Com esse estudo foi analisado de forma mais profunda a questão do racismo brasileiro, com suas particularidades mais intrínsecas e também foi adquirido conhecimento das atitudes e projetos desenvolvidos pelo governo, como o sistema de cotas para negros no ensino superior, com o compromisso de amenizar a dívida histórica do Brasil com os negros. As cotas reforçarão ainda mais o preconceito, o sentimento de menosprezo e rivalidade entre os jovens que buscam seu lugar na universidade e no mercado de trabalho.

As raças são discursos construídos socialmente e foram fundadas como categoria de classificação social com vistas a legitimar a hierarquização no contexto de formação do capitalismo colonial moderno. Na história do Brasil, raça designou as funções exercidas por cada estrato social durante o colonialismo. Essa forma de controle do poder não foi rompida após a abolição, e os imaginários que se estabeleceram em torno à classificação racial, continuam a pautar as relações sociais. A pertença à raça negra ainda impõe aos sujeitos à espaços subalternos na sociedade, dessa maneira, o signo da raça

negra continua ausente ou sub-representado em determinados espaços.

O mito da miscigenação racial e a tentativa de negar o preconceito racial por meio da negação da raça não proporcionaram uma mudança nas relações sociais embasadas no racismo, ao contrário, ofuscaram essa realidade, por isso, a categoria raça, hoje é reivindicada para acionar identidades e combater representações racistas existentes na sociedade.

A abolição da escravatura, fruto do interesse burguês, pôs no mercado de trabalho a mão-de-obra não especializada do negro. Isso contribuiu para a gradativa subvalorização de seu grupo racial ao longo da história, o que reflete no mercado de trabalho atual. Este se apresenta camufladamente racista e excludente.

As políticas afirmativas em curso na educação superior possibilitam o acesso da população negra à universidade, porém ainda apresentando inúmeros desafios para a permanência e o êxito acadêmico. Entre esses tantos aspectos, encontra-se a possibilidade de os jovens negros fortalecerem seu pertencimento étnico-racial em um espaço historicamente homogêneo, no qual a diversidade cultural e racial antes não se fazia presente.

O critério racial adotado não existe biologicamente, visto que todos os seres humanos têm genótipos iguais,

independentes da cor da pele. Como contra-argumento, defensores das cotas afirmam que o fenótipo das pessoas negras coloca-as na condição de exclusão por conta do etnocentrismo histórico.

As cotas raciais criam uma distinção que subjuga a capacidade das pessoas negras. Como contra-argumento, os defensores das cotas afirmam que, em um primeiro momento, é necessário esse tratamento desigual para que se inicie um processo de inclusão das populações vulneráveis, que, por questões sociais, não têm acesso a muitos espaços e serviços públicos.

As cotas ferem o princípio da meritocracia, colocando alguém com uma pontuação menor em vantagem em relação a alguém com uma pontuação maior. Como contra-argumento favorável às cotas, dizem que é impossível estabelecer um sistema meritocrático justo em um lugar onde não há igualdade de oportunidades.

Não se deveria pensar em cota, mas em melhorar o sistema de educação básica público, dando a todos as mesmas chances de ingressar na universidade. Como contra-argumento, os favoráveis às cotas dizem que as ações afirmativas são uma primeira resolução do problema, que deve estar acompanhada de investimentos na educação básica pública, para que, futuramente, com uma educação básica de qualidade e pessoas

negras inseridas no ensino superior, as cotas não sejam mais necessárias.

Portanto, conclui-se que enquanto não existirem razões realmente capazes de justificar as cotas raciais no Brasil perante o princípio da igualdade, fica valendo a já referida máxima formulada pelo jurista alemão *Robert Alexy*: “*se não houver uma razão suficiente para a permissibilidade de um tratamento desigual, então, o tratamento igual é obrigatório*” (ALEXY, p. 408)

## REFERÊNCIAS

- ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. 2 ed. Tradução Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2012.
- COTRIM, Gilberto. **História da Educação**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva 1998.
- DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. Disponível em: <http://www.sociologiapuc.hpg.ig.com.br/emileb.html>. Acesso em: 01 de agosto de 2023.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque. **O Brasil Monárquico: Declínio e Queda do Império**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- KENSKI, Rafael. **Vencendo na Raça**. Super Interessante, São Paulo, ano 1907, n. 187, p 42-50, abril. 2003.
- JACCOUD, L.; BEGHIM, N. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. Brasília, DF: IPEA, 2002.
- PAIVA, A. R. **Ação afirmativa: Brasil, Estados Unidos, África do Sul e França**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- PILLETI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Ática, 1996.
- RISTOFF, D. Perfil **socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do ENANDE (2004-2009)**. Cadernos do GEA, Rio de Janeiro: FLACSO, v. 2, n. 4, p. 1-36, jul./dez. 2013.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: 1930/1973**. 15ª ed. São Paulo: Vozes, 1993.
- SILVA, Francisco de Assis. **História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1992.